FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

Sociologia

2º ano

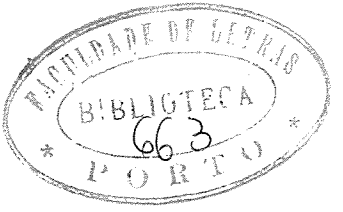
EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1992/93

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

XIII



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1992/93

378(05)
Gui

Guia do Estudante da FLUP. SOC: 2º Ano.
Vol. 13, 1992-93
Publicação Anual

Dactilografia: Margarida Santos
Execução e Impressão: Oficina Gráfica
Tiragem: 100 exemplares

INTRODUÇÃO

GUIA DO ESTUDANTE - 1991

INTRODUÇÃO

A publicação da 13ª edição do Guia do Estudante, referente ao ano lectivo de 1992-93, insere-se numa linha de continuidade com anteriores brochuras, tendo como objectivo fundamental a divulgação dos conteúdos programáticos ministrados nas diversas disciplinas dos diferentes cursos.

Outras informações há, contudo, que são igualmente importantes para discentes e docentes, respeitantes aos Serviços da Faculdade, à actividade escolar, às indicações pedagógicas, às indicações académicas, ao calendário das provas em 1992-93, às publicações da Faculdade, aos Colóquios e Congressos promovidos ou apoiados pela F.L.U.P., às Actas de Colóquios e Congressos e, muito particularmente, às Normas de Avaliação. Quanto a estas últimas, é fundamental uma leitura atenta do seu articulado e a observância do que se encontra estipulado, por forma a evitar situações que possam perturbar o normal funcionamento das disciplinas, das aulas e da actividade docente.

Este Guia pretende, dentro dos seus limites, contribuir para um ano lectivo 1992/93 que seja a todos os títulos frutuoso, eficaz, sem sobressaltos desnecessários e com o maior número possível de realizações individuais e colectivas.

Porto e Faculdade de Letras, Julho de 1992

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

****

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo.

****

SERVIÇOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
" de Mudanças de Curso.
Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 12H00 - 16H00
Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento:
de 2ª a 6ª feira: 9H30 - 11H30
14H30 - 16H30
Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Bilioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os utilizadores devem possuir o cartão de leitor, o qual deverá ser revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:
a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);
na Sala de Obras de Referência (livre acesso);
b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:
a) Onomástico
b) Didascálico
c) CDU (Classificação Decimal Universal)
c) Cardex (Publicações Periódicas)
d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
e) Bases de dados locais.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), e nas bases de dados locais, pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura: (Excepto nos períodos de férias)

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultâneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico -Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.
2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.
3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.
4- Biblioteconomia. Documentação. Arquivística, 1991.
5- Literatura Medieval. Cultura Medieval, 1992.
6- Sociologia, 1992

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Dissertações Académicas, Porto, 1992

Núcleo Documental da Sala Brasileira, Porto, 1992

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação:

Instituto de Estudos Ingleses
" de Estudos Norte Americanos
" de Estudos Germanísticos
" de Geografia
" de Cultura Portuguesa
" de Arqueologia
" de Documentação Histórica Medieval
" de Filosofia e História da Filosofia
" de História de Arte
" de Língua Portuguesa
" de Literatura Comparada
" de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
" de Sociologia
" de Ciências da Educação
" de Estudos Franceses
Sala Brasileira
" Espanhola
" Neerlandesa
" de História Moderna
" de História Medieval
Centro de História
" de Linguística
" de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

****

D - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:
2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30
Sábados: 9H00 - 12H30.

****

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:
2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00
Encerra ao Sábado, normalmente.

****

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:
2ª a 6ª feira - 7H30 - 23H00
Sábados- 7H30 - 13H00.

****

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura
História
História (Variante Arte)
História (Variante Arqueologia)
Filosofia
Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)
Geografia
Sociologia.

B - Cursos Profissionalizantes:
a) Ramo educacional:
regime transitório
regime normal (3°, 4° e 5° anos).
b) Tradução

C - Cursos de pós-graduação:
a) Mestrados: História Medieval
História Moderna e Contemporânea
História da Arte
Arqueologia
Filosofia do Conhecimento
Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas
Estudos Anglo-Americanos
b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"
Curso de Pós-Graduação em Museologia.

D - Curso de Português para Estrangeiros.

****

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório (Port. 850/87):

1º ano:

a) os alunos que concluem a licenciatura (plano de estudos antigo) têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

b) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação a Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;

b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);

c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro e de Dezembro só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

2. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1° e do 2° ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios, encontra-se publicado na Port. 659/88, de 29 de Setembro.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

a) Os alunos interessados nestes cursos poderão optar pelo curso de tradução em Inglês-Português, de Francês-Português ou de Alemão-Português.

b) Para se candidatarem à admissão nestes cursos, os alunos devem pertencer a uma variante de licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas que inclua línguas estrangeiras e estar em condições de transitarem do 2° para o 3° anos.

c) Os candidatos serão seleccionados de acordo com as médias obtidas nos dois primeiros anos do curso.

****

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:

Candidaturas: de 15 de Agosto a 7 de Setembro (inclusivé)

Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)

Inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)

3. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.

4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.

2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

****

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 21.7.92)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1992-1993. Estas Normas contêm algumas alterações pontuais relativamente às normas vigentes no ano anterior, por se ter entendido que era necessário reajustar alguns dos critérios às necessidades que a prática pedagógica demonstrou existirem. Em alguns outros casos entendeu-se por bem ser-se mais claro e rigoroso na formulação dessas mesmas normas; finalmente, o Conselho deliberou propor à Escola a abolição das segundas chamadas da primeira época, alargando, em contrapartida, o número de exames que os alunos podem realizar na segunda época (Setembro). (À data da publicação deste Guia esta proposta aguarda ainda parecer favorável do Conselho Científico da FLUP e subsequente homologação da Reitoria).

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:
   a. Avaliação contínua.
   b. Avaliação periódica.
   c. Avaliação final.

2. Nos termos do ponto 1 do artigo 5º é permitida a combinação, numa mesma cadeira, da modalidade de avaliação contínua com uma das outras modalidades de avaliação.

3. Além das modalidades de avaliação referidas há ainda o caso particular das disciplinas que funcionam em seminário e que têm requisitos especiais regulamentados nestas normas no artigo 18º.

4. Em disciplinas determinadas pelo respectivo docente poderão existir, em alternativa ou em combinação com outras modalidades, trabalhos de investigação ou de campo definidos nos termos dos artigos 2º e 17º.

5. Em casos determinados em consequência do conteúdo científico da disciplina, pode ser obrigatória a existência de trabalhos de campo ou de investigação.

Art° 2° - Definição inicial da avaliação e sua apresentação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, o docente deve comunicar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, explicitando de acordo com as disposições respectivas destas normas:

a) Objectivos pedagogico-didácticos;

b) modalidades de avaliação, com referência à existência ou não de avaliação contínua e à forma como, dentro dos limites impostos nestas normas, eventualmente será combinada com outras modalidades;

c) existência ou não de trabalhos de investigação obrigatórios e/ou facultativos;

d) os índices e critérios de ponderação final de cada uma das componentes de avaliação (trabalhos de investigação, trabalhos de campo, diferentes componentes de avaliação nas aulas práticas e teóricas, seja em avaliação periódica, seja em avaliação contínua).

e) o número e o tipo de testes mínimo para a respectiva disciplina na modalidade de avaliação contínua.

2. Aquilo que for definido em 1. deve obrigatoriamente ser registado pelo docente respectivo no livro de sumáro máximo até ao 5° sumário.

3. O plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

a) número de alunos;

b) número de docentes;

c) natureza da disciplina e conteúdos leccionados.

4. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Art° 3 - Tipos de provas

1. A modalidade de avaliação contínua consiste na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e

orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos e orais, ou outras.

2. Uma das provas tem de ser um teste escrito realizado na própria sala de aula e em presença do docente.

3. Os alunos devem ser e estar claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação, conforme o registado no livro de sumários nos termos do artigo 2°.

4. Os alunos devem ser e estar informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação oral nas aulas, assim como dos critérios de ponderação adoptados.

5. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno e publicadas até uma semana antes do prazo limite de desistência de avaliação contínua.

6. As classificações de avaliação contínua são ponderadas em números inteiros na escala de 0 a 20 para efeitos de afixação nas pautas oficiais, conforme o estipulado no artigo 19° destas normas.

Art° 4 - Funcionamento das aulas

1. A avaliação contínua pode ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 35 alunos.

2. O quantitativo referido no ponto anterior pode ser alterado após autorização do Conselho Pedagógico havendo recomendação do docente ou requerimento dos alunos.

3. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Art° 5 - Combinação de modalidades de avaliação

1. Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas.

2. A ponderação da parte prática e da parte teórica da disciplina deve, neste caso, ser concretamente explicitada nos termos do artigo 2°, sendo responsabilidade do docente indicar o índice de ponderação efectivo de cada uma delas na média final da disciplina.

3. Nas disciplinas em que esse índice não tenha sido efectivamente fixado, cumprindo o disposto no artigo 2°, vigora uma ponderação de 50% para cada uma das componentes, prática e teórica, sendo para tal obrigatória nota mínima de 8 a cada uma das componentes.

4. Na situação prevista no ponto 1, em caso de avaliação negativa (inferior a 8) numa das componentes da disciplina, a classificação positiva da outra componente poderá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

Artº 6 - Exigência de presença às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 2/3 das aulas.

2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

3. Na situação do número 1 do artigo 5º, os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Artº 7 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, tendo direito a submeter-se à avaliação final na primeira época, até ao fim do primeiro período de avaliação periódica, no caso das línguas vivas; e até à primeira aula da disciplina a seguir às férias da Páscoa, nas restantes disciplinas.

3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao professor.

Artº 8 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme o estipulado no ponto 5 do artigo 14º.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 9 - Tipos de provas

1. O número de provas a realizar é de duas, sendo uma obrigatoriamente na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno, nos termos do artigo 2º.

2. Além das disciplinas referidas no ponto um, nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deve ser previamente acordada entre docente e alunos, nos termos do artigo 2º.

3. Quaisquer outras provas, orais e escritas, que venham a ser realizadas no âmbito de cada disciplina são facultativas excepto no caso das línguas vivas, conforme o estipulado no artigo 13°, relativo à obrigatoriedade de uma prova oral.

4. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias antes da sua realização.

5. Sempre que as classificações das provas que excedam o número mínimo de duas sejam consideradas para efeito de média final, devem ser publicadas em pauta como as restantes.

Art° 10 - Repescagem

1. Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal.

2. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser obrigatoriamente positiva para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

3. Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas, ou a ela tenham faltado, têm direito a repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova nas condições do ponto 2.

4. Também têm direito a realizar a prova de repescagem os alunos que tenham obtido numa das provas 8 valores, desde que a média final não seja positiva.

5. A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui.

6. Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota.

7. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas obrigatórias a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

Art° 11 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.

2. Alunos que não compareçam à primeira prova, mas queiram optar por esta modalidade de avaliação, devem informar o responsável da cadeira até dez dias úteis após o reinício das aulas.

3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto em nenhum dos dois pontos acima referidos optou pela modalidade de avaliação final.

4. Um aluno que não compareceu à segunda prova de avaliação periódica perde, por isso, o direito a esta modalidade de avaliação salvo se

comunicar ao professor até três dias úteis após a realização da mesma que tenciona manter-se nesta modalidade.

5. Presume-se que um aluno que não cumpra com o procedimento referido no ponto 4 deste artigo optou pela avaliação final.

6. A desistência de uma prova durante a sua realização equivale à classificação de zero valores.

7. Um aluno que compareça a duas ou mais provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal, excepto nos casos contemplados no ponto 7 do artigo 14°, relativo aos alunos do 4° ano.

Artº 12 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno em avaliação periódica que não tenha tido classificação positiva na primeira prova, compareça à segunda e não tenha igualmente classificação positiva nesta ou dela desista, considera-se reprovado.

2. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 14° e 16° das actuais normas.

Artº 13 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 9°, 10° e 11°, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.

2. As provas escritas são em número de duas e precedem a oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a fixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no artº 20°.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 19° destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, não podendo nunca ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para efeitos de média final nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Artº 14 - Tipo de provas

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.

2. Na primeira época de exames finais há apenas uma chamada por cada disciplina, tal como nas épocas de recurso e especial.

3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno, nos termos do artigo 2º.

4. Os alunos podem realizar exames sem limite quantitativo a qualquer disciplina em regime de avaliação final na época de Setembro.

5. Para os alunos que realizem exames na segunda época (Setembro) como recurso de classificações negativas obtidas na primeira época, em qualquer modalidade de avaliação, existe um limite de duas disciplinas anuais e quatro semestrais.

6. Na época especial (normalmente em dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.

7. Os alunos do 4º ano dos diversos cursos podem realizar recurso da classificação de avaliação periódica ou avaliação contínua na 1ª chamada da 1ª época de exames finais, em alternativa a Setembro.

(Conforme o referido no preâmbulo algumas das claúsulas deste artigo aguardam homologação.)

Artº 15 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação apenas uma vez a cada disciplina. Esta melhoria pode ser realizada até à época de recurso do ano lectivo seguinte àquele em que os alunos obtiveram aprovação.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrar(em) os referidos programas.

3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.

4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Art° 16 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de oito valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no art° 19.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no art° 19.

6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, desde que o aluno tenha obtido nota igual ou superior a 8 valores.

7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

Art° 17 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja objectivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

Artº 18 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currícula das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.

3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.

4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos trabalhos a realizar.

5. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem às normas estipuladas no artigo 17.

6. Todas as decisões quanto às modalidades de avaliação, organização e funcionamento do seminário, deverão ficar registadas no livro de sumários, à semelhança do estipulado no artigo 2º.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

Artº 19 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final bem como esta última são publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.

2. As classificações afixadas em pauta são apresentadas em números inteiros.

3. Para o cálculo de médias finais as décimas são arredondadas à unidade por defeito até ao meio valor, exclusive, e por excesso a partir do meio valor, inclusive.

4. Quaisquer outras escalas utilizadas pelo docente no âmbito das suas classificações terão de ser convertidas à escala referida nos pontos anteriores para efeitos de classificações finais e periódicas.

Artº 20 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias antes da realização da segunda prova de avaliação periódica.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizaram.

5. Os resultados dos exames da segunda época devem ser afixados até 24 horas antes da data do início do prazo das inscrições nas disciplinas do ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS

Artº 21 - Consulta das provas

1. Os alunos têm direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificadas, desde que na presença do docente.

2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.

3. Caso o Conselho Pedagógico considere existir alguma irregularidade processual nas classificações ou lhe seja remetido algum requerimento apontando tais irregularidades, tomará as providências que entender necessárias no sentido de resolver a situação.

Artº 22 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.

2. Em caso de fraude comprovável o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.

3. Caso haja apenas suspeitas de fraude deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.

4. No caso de fraude grave comprovada o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 23 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas têm o direito de exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.

2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças e recolher as assinaturas de todos os alunos presentes; essa folha de presenças devidamente datada e rubricada, deve ser entregue ao docente responsável da disciplina juntamente com as provas respectivas.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Art° 24 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a coinciências de provas de disciplina do mesmo ano. O prazo é de 48 horas (dias úteis) depois de afixados o calendário das provas.

2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico delegará num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

****

Calendário das provas em 1992-1993
(Aprovado na reunião do Conselho Pedagógico de 12.07.91)

Avaliação periódica:
Primeiras provas: de 25 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1993 (Reinício de aulas: 15 de Fevereiro de 1993)
Segundas provas: de 31 de Maio a 19 de Junho de 1993
Fim de aulas: 28 de Maio de 1993

Exames finais:
Época normal: de 21 Junho a 10 de Julho de 1993.
Época de recurso: de 6 a 22 de Setembro de 1993

****

PUBLICAÇÕES:

1. REVISTAS

Revista de Faculdade de Letras:

História, II série: 1984 ss.

Filosofia, II série: 1985 ss.

Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.

Geografia, 1985 ss.

Portugalia (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss

Runa, Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss.

2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Bibliografia Cronológica da Espiritualidade em Portugal. 1501-1700, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão. Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras-Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Prophana, Edição das suas fontes, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

3. TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

FERNANDES, José Alberto V. Rio - A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço urbano do Porto, Porto, INIC/FLUP, 1985

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - O Desembargo Régio (1230-1433), Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Medieval - 5", 1990

MARQUES, Helder - Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina, Porto, INIC/Centro de História (UP), "História - 6", 1986

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668; 2 vols., Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Moderna e Contemporânea - 2", 1988

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar, Porto, INIC/Centro de Línguística (UP), "Linguística - 8", 1988

3.1. Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

3.1.1. REVISTA:

Intercâmbio, 1990

3.1.2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - Nas Origens do Teatro Francês em Portugal, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991

3.2. Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU PARTICIPADOS PELA FLUP:

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol. III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa,

"Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

I Congresso de Literaturas Marginais (Faculdade de Letras do Porto, Abril de 1987) (No prelo)

Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (No Centenário da sua Morte) (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988)

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988)

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

Encontro de Literatura Suiça (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Eça e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirosianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE (Divulgação interna):
CONSELHO DIRECTIVO:
Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss.
Faculdade de Letras, 1988-1989, Porto, 1989
Dissertações Académicas, Porto, 1991

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986

PEREIRA, Gaspar Martins - O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

1. Revista

Humanidades, 1982 ss.

PROGRAMAS

NOTA: Os programas que se seguem encontram-se aprovados pelo Conselho Científico para o ano lectivo de 1992-93. As indicações constantes das bibliografias são da responsabilidade dos respectivos docentes.

PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO

Docente: Prof. Doutor Manuel Augusto Ferreira da Silva

1. Evolução das ideias sociais e políticas e a definição da situação do indivíduo e dos grupos sociais nas suas relações com o poder e com a história.

2. A racionalidade científico-técnica e o seu impacto sobre as componentes normativa e expressiva das culturas. Dialéctica do sistémico e do existencial. O problema dos valores.

3. Intervenção da racionalidade científica na ordem política. Modificação do conceito de sistema político. A racionalidade em questão.

4. O homem, a realidade social e a legitimação da acção. A liberadde e as instituições, o poder e a violência, a violência e o discurso, a justiça e a democracia.

BIBLIOGRAFIA

ARENOT, H. - Condition de l'homme moderne, Paris, Calmann-Lévy, 1983

"- Du mensonge à la violence, Paris, Calmann-Lévy, 1972

"- Le système totalitaire, Paris, Seuil, 1972

ARON, R. - Dix-huit leçons sur la société industrielle, Paris, Gallimard, 1962

"- L'opium des intellectuels, Paris, Calmann-Lévy, 1968

"- Les désillusions du progrès, Paris, Calmann-Lévy, 1969

"- Marxismes imaginaires, Paris, Gallimard, 1970

BAUDRILLARD - La société de consommation, Paris, Gallimard, 1974

BOBBIO, N. - Direito e Estado no pensamento de Emmanuel Kant, Brasília, Edit. Univ. de Brasília, 1984

CHATELET, F.; PISIER-KOUCHNER - Les conceptions politiques du XXe. siècle, Paris, PUF, 1981

CHEVALIER, J.J. - Les grandes oeuvres politiques de Machiavel à nos jours, Paris, Colin, 1970

DEUTSCH, K. - Política e governo, Brasília, Edit. Univ. de Brasília, 1983

DUVERGER, M. - Introduction à la politique, Paris, Gallimard, 1974

"- Sociologie politique, Paris, Edit. Sirey, 1966
FREUND, J. - L'essence du politique, Paris, Edit. Sirey, 1965
"- O que é a política?, Edit. Futura, 1974
FROMM, E. - Psicanálise da sociedade contemporânea, Rio de Janeiro, Zahar, 1965
GIDDENS, A. - Capitalismo e moderna teoria social, Lisboa, Presença, 1984
HABERMAS, J. - Raison et légimité, Paris, Payot, 1978
ILLICH, I. - La convivialité, Paris, Seuil, 1973
LEFEVRE, H. - Contra os tecnocratas, Lisboa, Moraes,1968
LLANO-BALLESTEROS - Etica y politica en la sociedad democrática, Madrid, Espasa-Calpe, 1981
MORIN, E. - Introduction à une politique de l'homme, Paris, Seuil, 1965
"- Pour sortir du Vingtième Siècle, Paris, Nathan, 1981
MARCUSE, H. - L'homme unidimensionnel, Paris, Minuit, 1968
RIESMAN - La faute solitaire, Paris, Arthaud, 1964
RODRIGEUZ ZUÑIGA - Raymond Aron y la sociedad industrial, Madrid, Instituto de la Opinión Publica, 1973
SCHILING, K. - Histoire des idées sociales, Paris, Payot, 1962
SCHUTZ,A. - Fenomenologia das relações sociais, Rio de Janeiro, Zahar, 1979
TOUCHARD - História das ideias políticas, Lisboa, Europa-América, 1970
WEBBER, M. - Le savant et le politique, Paris, Plon, 1954
WEIL, E. - Philosophie politique, Paris, Vrin, 1971

ESTATÍSTICA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Docente: Drª Teresa Pérez

1. Preliminares.
1.1 Introdução.
1.2. Funções da Estatística.
1.3. Noções básicas: relações entre a Estatística e a Sociologia.
1.4. Fases de um trabalho estatístico.
1.5. Estatística e medição de variáveis.
1.5.1. Medidas nominais.
1.5.2. Medidas ordinais.
1.5.3. Medidas de intervalo.
1.5.4. Medidas de quociente ou proporção.
1.5.5. Tipos de variáveis.

2. Estatística descritiva univariada: a lógica da análise comparativa.
2.1. Importância da análise comparativa em Sociologia.
2.2. Tipos de comparações.
2.2.1. Comparações entre grupos.
2.2.2. Comparações entre um grupo e um indivíduo.
2.2.3. Comparação entre o resultado de um estudo e um resultado standard.
2.3. Operações básicas de comparação.
2.3.1. Organizações dos dados.
2.3.2. Distribuições.
2.3.2.1. Distribuição de frequências.
2.3.2.2. Distribuição percentual.
2.3.2.3. Distribuição acumulada.
2.3.3. Percentis.
2.4. Técnicas básicas de representação gráfica.

3. Caracterísiticas de uma distribuição de frequência: tendência central, dispersão e forma. A distribuição normal.
3.1. Características de uma distribuição univariada.
3.2. Medidas de tendência central.
3.2.1. Moda.
3.2.2. Mediana.
3.2.3. Média aritmética.
3.2.4. Tipos especiais de médias.

3.2.5. Relação e comparação entre as medidas de tendência central.
3.3. Medidas de dispersão.
3.3.1. Desvio absoluto, desvio médio absoluto.
3.3.2. Variância e desvio padrão.
3.3.3. Variáveis normalizadas.
3.4. Forma de uma distribuição.
3.4.1. Características de assimetria e achatamento.
3.4.2. Medidas de forma: momento.
3.5. Distribuição normal.
3.5.1. A curva normal.

4. Inferência estatística.
4.1. Introdução.
4.2. Probabilidades: Noções básicas e definições.
4.2.1. Propriedades matemáticas das probabilidades.
4.2.2. Noções de análise combinatória.
4.3. Noções sobre amostragem.
4.3.1. Tipos de amostras.
4.3.2. Amostras aleatórias simples.
4.3.3. Estimadores e erros de amostragem.
4.3.4. Determinação do tamanho de amostra.
4.3.5. Outros tipos de amostragem probabilística.
4.3.6. Amostragem não probabilística.

5. Testes de hipóteses.
5.1. Introdução.
5.2. Uso dos testes em investigação.
5.2.1. Formulação de hipóteses estatísticas.
5.2.2. Escolha do teste.
5.2.3. Nível de significância.
5.2.4. Distribuição amostral.
5.2.4.1. Teorema do limite central.
5.2.4.2. Tendência central, variabiliadde e forma de uma distribuição amostral.
5.2.5. Região de rejeição: Testes unilaterais e bilaterais.

6. Estatística descritiva bivariada.
6.1. Distribuições bivariadas.
6.2. Apresentação e análise de uma tabela bivariada.
6.2.1. Cálculo de percentagens numa tabela.

6.2.2. Distribuições condicionais mais complexas.
6.3. Características de uma associação de duas variáveis.
6.4. Obtenção de medidas de associação. Independência estatística e associação perfeita.

7. Medidas de associação para variáveis nominais e ordinais.
7.1. Medidas de associação para variáveis nominais.
7.1.1. Coeficiente Lambda.
7.1.2. Coeficiente Tau-y de Goodman Krushall.
7.2. Medidas de associação para variáveis ordinais.
7.2.1. Tipos e cálculos de pares.
7.2.2. Coeficiente Tau-a de Kendell.
7.2.3. Coeficiente Gama de Goodman e Kruskal.
7.2.4. Coeficiente d de Somers.
7.2.5. Coeficiente Tau-b de Kendell.
7.2.6. Coeficiente rho de Spearman.

8. Medidas de associação para variáveis de intervalo; regressão e correlação.
8.1. Equações de regressão linear.
8.1.1. Relacção entre duas variáveis estatísticas. Equação de uma recta.
8.1.2. Equacção de regressão e ajuste pelo método dos mínimos quadrados.
8.2. Correlação. Coeficiente r de Pearson.
8.3. Matriz de correlações.
8.4. Considerações finais sobre a selecção e interpretação das medidas de associação.

9. Testes de decisão para o uso de duas amostras.
9.1. Teste da diferença entre duas médias.
9.2. Teste da diferença entre duas proporções.
9.3. Teste do chi-quadrado para duas amostras.
9.3.1. Teste do chi-quadrado para K amostras.
9.4. Testes de hipóteses de associação.
9.4.1. Coeficiente de contigente c.
9.4.2. Teste para o coeficiente rho de Spearman.
9.4.3. Teste para o coeficiente gama.
9.4.4. Teste para o coeficiente tau.

10. Análise de variância.
10.1. Introdução.
10.2. Análise de variância com um só factor.
10.3. Outros tipos de análise de variância.
10.4. Testes de decisão para o caso de correlação e regressão simples.
10.5. Análise de variância para variáveis não paramétricas.
10.5.1. Análise de variância: teste de Krunskall-Wdris.
10.5.2. Teste de Friedman para a análise de variância com dois factores.
11. Noções de Informática.

BIBLIOGRAFIA

MANUEL GARCIA, Fernando - Introducción a la estadística en Sociología,
Col. "Textos", Madrid, Alianza Universidad, 1987
GRAIS, Bernard - Méthodes statistiques, Paris, Dunod, 1982
"- Statistique Descriptive, Paris, Dunod, 1982
MURTEIRA, Bento - Estatística Descritiva, Lisboa, McGraw-Hill, 1979
"- Probabilidade e Estatística, Lisboa, McDraw-Hill, 1979
MEYER, Paul - Probabilidades. Aplicaçõs à Estatística, Rio de Janeiro, LTC/LIDEL, 1983
BLALOCK, Hubert - Social Statistics, McGraw-Hill, Inc., 1983
APORTOL, Tom - Calculus, vol. II, New York, J. Wiley & Sons, 1967
CALOT - Cours de Statistique Descriptive, Paris, Dunod, 1969

ANÁLISE E TEORIAS DEMOGRÁFICAS

Docente: A contratar

O programa será entregue oportunamente pelo docente.

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA CULTURAL

Docentes: Prof. Doutor António da Silva Costa
Drª Cristina Parente

1. Antropologia Cultural no conjunto das Ciências do Homem.
1.1. Introdução.
1.1.1. A Antropologia no universo das Ciências Humanas.
1.1.2. O Homem, "ser-no-mundo", ser cultural.
1.2. Domínios da Antropologia.
1.2.1. Antropologia Biológica.
1.2.2. Antropologia Pré-Histórica.
1.2.3. Antropologia Linguística.
1.2.4. Antropologia Psicológica.
1.2.5. Antropologia Social.
1.2.6. Antropologia Cultural.
1.2.7. Antropologias particulares: Antropologia Religiosa, Antropologia Política, Antropologia Desportiva, etc.

2. Investigação antropológica.
2.1. Objecto da antropologia: o estudo do Homem na sua diversidade.
2.2. Diversidade terminológica: Etnografia, Etnologia e Antropologia.
2.3. Antropologia e Sociologia: a ausência de barreiras estanques.
2.4. Cientificidade na Antropologia.
2.5. Métodos e técnicas de investigação. (a)
2.5.1. Observação Participante.
2.5.2. Análise Biográfica.

3. Elementos para uma história do pensamento antropológico
3.1. Pré-história da Antropologia.
3.1.1. Descobertas etnológicas dos "viajantes" do séc. XVI.
3.1.2. "Mau Selvagem" e "Bom Civilizado".
3.1.3. "Bom Selvagem" e "Mau Civilizado".
3.1.4. Contributo dos navegantes portugueses.
3.2. Determinação do conceito de Homem.
3.2.1. Várias noções de Homem.
3.2.2. Homem "ser cultural, "ser relacional".

3.2.3. Pressupostos do projecto antropológico.
3.2.4. Características do discurso antropológico.
3.3. Séc. XIX: A Antropologia como disciplina autónoma.
3.3.1. A Antropologia e a expansão colonial.
3.3.2. Hipótese fundamental: a unidade da espécie humana.
3.4. Estruturação da Antropologia.
3.4.1. Da Etnografia à Antropologia Cultural.
3.4.2. F. Boas (1858-1942) e B. Malinowski (1884-1942)
3.5. Primeiros teóricos da Antropologia.
3.5.1. E. Durkheim (1858-1917) e M. Mauss (1872-1950).
3.5.2. Principais correntes antropológicas: Antropologia americana, Antropologia britânica, Antropologia francesa.
3.6. Polos teóricos do pensamento antropológico actual.
3.6.1. Principais perspectivas: Antropologia simbólica, social, cultural, estrutural e sistémica, dinâmica.
3.6.2. Princípios epistemológicos das diferentes perspectivas.
3.6.3. Lugar privilegiado da Antropologia Cultural.
3.7. Trajectória da Antropologia portuguesa.
3.7.1. Origem e desenvolvimento histórico da Antropologia em Portugal.
3.7.2. O estado actual da Antropologia portuguesa.

4. Da natureza à cultura.
4.1. Do biológico ao cultural e ao social.
4.1.1. Origens humanas: processo de hominização.
4.1.2. Nascimento da cultura: Homo Ludens.
4.1.3. Relação do Homem com o sagrado: Homo Religious.
4.1.4. Abertura ao mundo: destino cósmico do Homem.
4.1.5. Abertura à sociedade: destino sócio-político Homem.
4.1.6. Evolução cultural.
4.2. A cultura e as culturas.
4.2.1. A cultura como factor social: noções gerais cultura/civilização. Estrutura social.
4.2.2. A cultura segundo o antropólogo R. Linton.
4.2.3. Modelos culturais: reais e construídos.
4.2.4. Classificação das culturas segundo a extensão e o grau de desenvolvimento.
4.2.5. Cultura e personalidade.
4.2.6. Transmissão das culturas: inculturação, socialização, etc. Controlo social.

4.2.7. Relativismo cultural.

4.2.8. Caracterização da cultura portuguesa.

4.2.8.1. Elementos fundamentais da cultura portuguesa.

4.2.8.2. A cultura camponesa no Norte de Portugal: diferentes perspectivas de análise.

4.3. Cultura e comunicação.

4.3.1. O Homem numa sociedade de comunicação.

4.3.2. Universo dos sinais e capacidade do Homem para simbolizar.

4.3.3. Formas de comunicação.

4.3.4. Cultura e linguagem.

4.3.5. Representações colectivas: mitos e rituais.

4.3.6. Estrutura, funcionamento e significação do cenário espácio-temporal da existência humana.

4.3.7. Aspectos lúdicos da cultura humana: jogos, festas e espectáculos.

4.3.7.1. Análise das festividades, romarias e jogos característicos da cultura portuguesa.

5. Alguns domínios particulares da Antropologia

5.1. Antropologia religiosa

5.1.1. Categorias sociais fundamentais: o sagrado e o profano.

5.1.2. Universalidade do fenómeno religioso.

5.1.3. Formas religiosas arcaicas e grandes religiões de vocaçao universal. Cultura Cristã.

5.1.4. Fenómeno moderno da secularização. Metamorfose do sagrado com o advento da sociedade industrial.

5.1.5. Cultura religiosa e cultura industrial. Preocupação da cultura moderna: descoberta da sua dimensão mítico-religiosa.

5.1.6. Vestígios culturais do Homo Religiosus na sociedade actual.

5.1.7. Religião e magia: desvirtuamento de crenças e rituais.

5.1.8. Abordagem de aspectos particulares da religiosidade popular em comunidades rurais portuguesas.

5.2. Antropologia desportiva

5.2.1. Jogo e nascimento da cultura. Desporto um fenómeno eminentemente cultural.

5.2.2. Funcionamento do fenómeno desportivo no imaginário das massas populares visto através da imprensa desportiva.

5.2.3. O desporto como fenómeno mítico completo e coerente. Presença de símbolos e mitos arcaicos no desporto moderno.

5.2.4. Funcionamento religioso do fenómeno desportivo. Cenário desportivo e sua estrutura mítico-religioso; paralelismo dos comportamentos religioso e desportivo.

5.2.5. Tendo o mito como intermediário, tentativa duma hermenêutica desportiva do mundo, do Homem e da sociedade.

5.2.6. Contributo da hermenêutica desportiva para uma Antropologia filosófica de características universais.

5.2.7. Cultura desportiva e preocupações do Homem moderno. Ressurgimento da festa, problema da violência, desejo de sociabilidade, significação da estrutura espácio-temporal na sociedade humana.

5.2.8. Desporto moderno e arqueologia humana. "Homem desportivo" moderno, máscara industrial e secularizada do "Homo Religiosus".

5.2.9. O povo português visto através do seu desporto (Ex. Futebol).

6. Realização de trabalhos de investigação ou recensões críticas que terão como objecto temas abordados nas aulas e de preferência relacionados com a situação portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

I. GERAL

AUZIAS, J. M. - L'anthropologie contemporaine, Paris, P.U.F., 1976

COLLEYN, J. P. - Eléments d'anthropologie sociale et culturelle, Bruxelles, Ed. U. Bruxelles, 1982

MAUSS, M. - Sociologia e Antropologia, Vols. I e II, S. Paulo, Ed. Pedagógica e Universitária, 1974

MESQUITELA LIMA, A. e outros - Introdução à antropologia cultural, Lisboa, Ed. Presença, 1987

TITIEV, M. - Introdução à antropologia cultural, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian (6ªed.), 1989

II. INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA

AUGUERA, T. M. - Metodologia de la Observacion en las Ciências Humanas, Madrid, Col. Teorema, 1985

MADUREIRA PINTO, J. e Silva, A.S. (orgs.) - Metodologia em Ciências Sociais, Porto, Ed. Afrontamento, 1986

PINA DE CABRAL, J. - Notas críticas sobre a Observação participante no Contexto da Etnografia Portuguesa, Análise Social, vol. XIX, nº76, 1983

III. ANTROPOLOGIA RELIGIOSA

CAILLOIS, R. - L'homme et le sacré, Paris, Gallimard, 1980

DURKHEIM, E. - Les Formes Elémentaires de la Vie Religieuse, Paris, P.U.F., 1985

ELIADE, M. - Traité d'Histoire des Religions, Paris, Payot, 1975

ISAMBERT, F.A. - Le sens du scré - Fête et Religion Populaire, Paris, Ed. Minuit, 1982

TEIXEIRA FERNANDES, A. - A Religião na Sociedade Secularizada, Porto, Liv. Civilização, 1972

IV. ANTROPOLOGIA DESPORTIVA

BLANCHARD, K. e CHESKA, A.T. - Antropologia del Desporte, Barcelona, Ed. Bella terra, 1986

COSTA, A.S. - Futebol de comeptição - Uma nova religião popular?, Rev. Vértice, Lisboa, nº10, Janeiro, 1989

HUIZINGA, J. - Homo Ludens, Paris, Gallimard, 1977

LIMA, T. - Alta competição - desporto de dimensões humanas?, Lisboa, Livros Horizonte, 1981

V. ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

DIAS, J. - Estudos do carácter nacional português, Lisboa, Junta de Inv. do Ultramar, 1971

"- Os elementos fundamentais da cultura portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985

DIAS, J. - Rio de Onor, Lisboa, Presença, 1981

"- Vilarinho das Furnas - Uma aldeia comunitária, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981

PINA DE CABRAL, J. - Breves considerações sobre o Estado da Antropologia em Portugal, Antropologia Portuguesa, vol.7, Universidade de Coimbra, 1989

NOTA: Nas aulas serão dadas mais referências bibliográficas relativas aos temas tratados.

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Docente: Drª Maria Isabel Correia Dias

1. Questões fundamentais de Epistemologia e Metodologia sociológicas (revisão e aprofundamento de algumas questões, tendo especialmente em conta a crítica das correntes fenomenologistas à tradição positivista das Ciências Sociais.

2. A elaboração de um programa de pesquisa empírica.
2.1. O papel da Teoria no processo de pesquisa empírica.
2.2. Os meios de trabalho teórico e as fases de pesquisa.
2.3. Os métodos de pesquisa empírica e as técnicas de recolha e análise de informação - descrição e proposta de classificação.

3. Os conceitos e sua operacionalização.
3.1. Problemas da construção de variáveis, da medida e da lógica das relações entre variáveis.
3.2. Causalidade e Explicação em Sociologia.

4. Metodologia da análise extensiva.
4.1. Técnicas de construção de amostras representativas de uma população.
4.2. Técnicas de inquérito.
4.2.1. O inquérito por questionário: problemas de planeamento, de elaboração e aplicação do questionário e de análise dos dados recolhidos.
4.2.2. Testes e medidas de atitudes e opiniões.
4.2.3. As entrevistas: tipologia segundo os objectivos e a técnica de execução.

5. Análise de Documentos: análise docuemntal "Clássica" e análise de Conteúdo.

6. Metodologia dos estudos de caso.
6.1. Monografia e estudo de comunidades: dos procedimentos clássicos à sua crítica e reconversão.
6.2. Observação sistemática e observação participante.
6.3. Reflexão sobre as virtualidades e limitações de trabalho sociológico no terreno.
6.4. Abordagem biográfica: histórias da vida e genealogias.

7. Pesquisa orientada para a intervenção: a investigação-acção.

8. Experimentação: a extensão do método das Ciências Naturais às Ciências Humanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira - A Investigação nas Ciências Sociais, Lisboa, Presença, 1982

BARDIN, Laurence - Análise de Conteúdo, Lisboa, Ed. 70, 1979

BLALOCK, Hubert - Introducción a la Investigación Social, Buenos Aires, Amorrotv, 1970

BULMER, Martin (ed.) - Sociological Research Methods - an Introduction, Londres, MacMillan

GARCIA FERNANDO, Manuel - Introducción a la Sociesta dística, Madrid, Alianza

GHIGLIONE, Rodolphe; MATHALON, Benjamim - Les enquêtes sociologiques - théorie et pratique, Paris, Armand Colin, 1978

GRAWITZ, Madeleine - Méthodes des sciences sociales, Paris, Dalloz, 1964

JAVEAU, Claude - L'enquête par questionnaire, Éditions de l'Université de Bruxelles, Paris, 3ª Edição

MAINZ, Renalt; HOLM, K.; HOEBNER, P. - Introduction to empirical sociology, Middlesess, Penguin, 1976

MILLS, Charles Wright - A Imaginação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1980

PINTO, José Madureira - Questões de Metodologia Sociológica, (I), (II) (III), "Cadernos de Ciências Sociais, nº1,2,3, Porto

RILEY, Matilda W.; NELSON, Edward E. (orgs.) - A observação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) - Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 1987

PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO

Docente: Drª Paula Camanho

I. Noções de Direito

A - Direito e coacção

1. Visão sociológica: o Direito como ordem de coacção.
2. Visão jurídica: o Direito como uma ordem com um "sentido".
3. Questões que se suscitam o propósito da coacção. A legitimidade da coacção. A necessidade da coação.
4. O Direito e a força - o Direito e o poder político.

B - O facto e a norma - A teoria da força normativa dos factos.

C - O Direito e o Estado.

1. A relação entre o Direito e o Estado.
2. Problema de saber se todo o Direito é estadual:
   a) O Direito Internacional.
   b) O Direito das comunidades "primitivas".
   c) O Direito de fonte não estadual.

D - O Direito e a Segurança.

E - O Direito e a Moral.

II. Ramos de Direito

1. Direito Público e Direito Privado: critérios de distinção. Alcance prático da distinção.
2. Ramos do direito público.
3. Ramos do direito privado.
4. Outros ramos do Direito e novos ramos de Direito.

III. A norma jurídica

1. Estrutura da norma jurídica: previsão e estatuição.
2. Características das normas jurídicas.
3. Classificação das normas jurídicas:

3.1. Normas perceptivas, proibitivas e permissivas.

3.2. Normas universais, regionais e locais.

3.3. Normas gerais e normas excepcionais.

3.4. Normas de direito comum e normas de direito pessoal.

3.5. Leges plus quam perfectae, leges perfectae, leges minus quam perfectae e leges imperfectae.

3.6. Normas autónomas e não autónomas e disposições normativas incompletas.

3.7. Classificação das normas tomando como ponto de referência a autonomia privada.

IV. Codificação e técnicas legislativas

1. Noção de Código, estatutos, leis orgânicas, leis avulsas e legislação extravagante.

2. Partes gerais, remissões, ficções, definições e presunções.

3. Os conceitos indeterminados e as cláusulas gerais.

V. A Tutela do Direito e a Garantia dos direitos

1. Introdução - o aparelho estadual de coacção e a tutela do Direito.

2. Meios de tutela jurídica.

2.1. Tutela preventiva.

2.2. Medidas compulsivas.

2.3. Meios de tutela reconstitutivos: reconstituição in natura, reintegração por mero equivalente, compensação.

2.4. Sanções punitivas.

2.5. Invalidade e ineficácia dos actos jurídicos.

2.6. Tutela privada e autotutela dos particulares.

2.7. Classificação dos meios de tutela do direito.

3. Tutela administrativa e garantias administrativas.

4. Tutela judiciária.

4.1. Tribunais como orgãos de soberania.

4.2. Imparcialidade e independência dos tribunais.

4.3. Organização judiciária.

VI. Fontes de Direito e vigência das normas

1. Noção. O problema.

2. Enumeração e classificação das fontes de direito.

3. A lei, os assentos, o costume, a jurisprudência, a doutrina, os princípios fundamentais de direito.

4. Entrada em vigor da lei.

5. Termo de vigência da lei.

6. Hierarquia das fontes e das normas.
7. Conflitos de normas.

VII. Interpretação e integração da lei
1. A interpretação da lei.
1.1. Noção.
1.2. Interpretação doutrinal e interpretação autêntica.
1.3. A querela dos métodos: orientação subjectivista; orientação objectivista. Balanço entre as duas correntes.
1.4. Elementos de interpretação.
1.5. Resultados da interpretação.
2. A integração da lei.
2.1. Noção.
2.2. A obrigação de julgar.
2.3. Noção e espécies de lacunas.
2.4. A determinação das lacunas e a colmatação das lacunas.
2.5. O recurso à analogia e o recurso a uma norma "ad hoc"

VII. A aplicação da lei no temopo e no espaço
1. A aplicação da lei no tempo. O problema. As soluções possíveis (breves noções).
2. A aplicação da lei no espaço.

VIII. Princípios fundamentais do Direito Civil português: o valor da pessoa humana expresso no reconhecimento
1. Direitos de personalidade.
1.1. Significado e características.
1.2. Técnica legal de protecção da personalidade.
1.3. A relevância do consentimento do lesado.
1.4. Meios de reacção.
2. Princípio da autonomia privada.
2.1. O direito subjectivo e o princípio do abuso do direito.
2.2. O negócio jurídico, maxime o contrato e o princípio da liberdade contratual.
2.2.1. Significado e importância deste princípio.
2.2.2. Liberdade de celebração e de modelação do conteúdo contratual.
2.2.3. Excepções e limites à liberdade contratual.
3. Princípio da responsabilidade civil.
3.1. Significado e pressupostos.
3.2. Responsabilidade extracontratual.

3.2.1. Responsabilidade por factos ilícitos.

3.2.2. Responsabilidade pelo risco.

3.2.3. Responsabilidade por factos lícitos.

3.3. Responsabilidade contratual.

3.4. A obrigação de indemnização. Tipos de danos (patrimoniais e não patrimoniais).

IX. Da Relação Jurídica em geral

A - Noções preliminares.

1. Noção.

2. Estrutura da relação jurídica: direito subjectivo propriamente dito e direito potestativo.

2.1. Distinção dos poderes deveres. Exemplos.

2.2. Distinção das simples espectativas, das faculdades e do ónus jurídico.

2.3. As obrigações naturais.

2.4. O direito potestativo (constitutivo, modificativo ou extintivo) e a sujeição. Exemplos.

3. Relação jurídica simples ou singular e relação jurídica complexa: alusão aos deveres acessórios, laterais, ónus e expectativas.

4. Elementos da relação jurídica: sujeito, objecto, facto jurídico e garantia - ideia geral.

B - Sujeitos da relação jurídica

1. Personalidade e capacidade jurídica.

2. Capacidade jurídica e capacidade de exercício de direitos.

3. Pessoas singulares e pessoas colectivas.

Pessoas singulares

1. Começo da personalidade jurídica.

2. A protecção dos nascituros.

3. Determinação da capacidade negocial de gazo.

4. Incapacidade de exercício: breve referência à menoridade, à interdição e à inabilitação.

5. Situação do falido e do insolvente civil. Apreciação dos actos.

Pessoas colectivas

1. Conceito e finalidades.

2. Elementos constitutivos das pessoas colectivas: o substracto e o reconhecimento.

3. Classificações.

4. Breve referência à capacidade (de gozo) das pessoas colectivas.

C - Objecto da relação jurídica

1. Noção.

2. Distinção entre objecto imediato e mediato.

D - Facto jurídico

1. Noção.

2. Aquisição, modificação e extinção de relações jurídicas. Ideia breve. Referência especial à importância e valor do instituto do registo e seu modo de funcionamento.

3. Negócio jurídico.

3.1. Noção e importância.

3.2. Classificações: unilaterais, bilaterais ou contratos.

3.3. Elementos essenciais do negócio jurídico: capacidade e legitimidade (remissão); declaração negocial sem anomalias; idoneidade do objecto.

Análise particular de alguns aspectos da declaração negocial: expressa ou tácita, formal ou consensual; espécies de forma: legal ou convencional; consequências da inobservância de forma legal - nulidade; o princípio da liberdade de forma e algumas excepções a esse princípio; o valor do silêncio.

4. Referência breve a divergências intencionais-simulação; reserva mental; declarações não sérias; - e não intencionais-erro-obstáculo ou erro na declaração; coacção física e absoluta-entre a vontade e a declaração.

Referência breve a vícios da vontade: erro-vício; coacção moral; incapacidade acidental; estado de necessidade.

5. Invalidade: nulidade e anulabilidade.

E. Garantia (remissão)

X. <u>Da Relação Jurídica em especial</u>

A - Relação obrigacional

1. Fontes.

1.1. Contrato: noção; espécies; princípio da liberdade contratual - remissão; eficácia real; contrato-promessa.

1.2. Negócios unilaterais: noção.

1.3. Gestão de negócios: noção.

1.4. Enriquecimento sem causa.

1.5. Responsabilidade civil - remissão.

2. Garantia da obrigação - ideia geral; património autónomo ou separado - noção e exemplos.

2.1. Meios conservatórios da garantia patrimonial: declaração de nulidade; sub-rogação do credor ao devedor; impugnação pauliana; arresto.

2.2. Garantias especiais: garantias pessoais - referência particular à fiança; garantias reais - referência particular ao penhor e à hipoteca.

B - Relação real

1. Direito real - noção; características: direitos absolutos e de exclusão; a obrigação passiva universal; o princípio da tipicidade.

2. Meios de aquisição da propriedade.

3. O direito de propriedade - noção e principais características. Formas.

3.1. Propriedade de imóveis.

3.2. Propriedade das águas.

3.3. Compropriedade.

3.4. Propriedade horizontal.

4. Direitos reais limitados:

4.1. Usufruto, uso e habitação.

4.2. Direito de superfície.

4.3. Servidões prediais.

C - Relação familiar

1. Fontes da relação familiar.

2. Convenção antenupcial e regime de bens.

D - Relação sucessória

1. A morte e a vocação sucessória. Tipos de sucessores: herdeiros e legatários.

2. Espécie de sucessão: legal (legítima e legitimária) e voluntária (testamentária e contratual).

3. Sucessão legítima; ordem sucessória.

4. Sucessão legitimária.

4.1. Legítima e quota disponível.

4.2. Herdeiros legitimários.

4.3. Redução de liberalidades.

4.4. Deserdação.

5. Sucessão testamentária.

6. Referência breve à colação.

A bibliografia será entregue mais tarde pela docente.

LÍNGUA VIVA II (Instrumento de Trabalho) - Inglês

Docente: Dr. Ian Charles Rowcliffe

WORK AS A DEFINING QUALITY
You'll make a million bucks uo there.
Leadership and Followership.
Social Research.
Documents of Life.
A Linguist.
A Lifeguard.
A Street Vendor.
In and Out of Work.
Casual Labour.
Some Investigations.

YOUTH
The ways of the young.
Music as a Youth Phenomenon

WELFARE
Theory of welfare.
Designing for the dole.
Reforming the welfare monster.
Welfare spurs family breakdown.

SOCIOLOGY OF HEALTH
Introduction.
Stirring Up Trouble.
The Lessons of AIDS.
Trends in AIDS.
How the Other Half Dies.
Child Abuse.
The Moral Society.
Developing Social Norms.
Identity - Who am I?
She didn't understand what went wrong. (Do you?)

Teens Need Family not Bureaucrats.
Gratification of Prejudice.
Situational Factors in Prejudice.
Changing Prejudice.

TOWN PLANNING
Community.
How to manage housing.
Urban regeneration.
Dual approach on homelessness.
The ghost of Rachman.
Thamesmead: the new model town.
Thatcher's blueprint for the inner cities.
Consequences of Bad Town Planning.
Stalk Shout for Shelter.
Plan Your Own Town.

BIBLIOGRAPHY

The Futurist May/June 1990. Interview July 1990. The Sciences 9/90 Scientific American May 1990. Human Behaviour 1978. Insight 1987. New Society 1986/7/8.

WRENCH, D. - Psychology. A Social Approach. McGraw-Hill Inc. 1969

LÍNGUA VIVA II (Instrumento de trabalho) - Francês

Docente: Drª Isabelle Serra

Objectifs generaux

1. Développement de l'oralité.

2. Connaissance du Français écrit: acquisition d'un vocabulaire utile et nuancé; performances créatives.

3. Approfondissement des connaissances grammaticales acquises en première année.

Programme

1. Amélioration de la compétence orale:

1.1. Déchiffrage de documents.

1.2. Exercices de mimétisme.

1.3. Présentation de textes, exposés, débats.

2. Elargissement des compétences à l'écrit:

2.1. Compte rendus et commentaires de textes.

2.2. Résumés de textes.

2.3. Orthographe.

3. Perfectionnement des compétences grammaticales:

3.1. Vérification des acquis.

3.2. Systématisation des connaissances.

3.3. Étude et emploi des tournures idiomatiques.

3.4. Sensibilisation à la notion de variété de discours.

NOTE.

a) La bibliographie sera fournie lors du premier cours.

b) L'épreuve orale de fin d'année (obligatoire pour tous les étudiants portera sur les textes étudiés en cours dans le courant de l'année.

INDICE

Introdução
Programas:
Pensamento Social e Político 1
Estatística para as Ciências Sociais 3
Análise e Teorias Demográficas 7
Introdução à Antropologia Cultural 8
Matemática e Técnicas de Investigação 13
Principios Gerais de Direito 15
Lingua Viva II (Inst. de Trabalho)- Inglês 21
Lingua Viva II (Inst. de Trabalho)- Francês 23

COLÓQUIOS E CONGRESSOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA F.L.U.P.

O Porto na Época Moderna (Centro de História U.P., Novembro de 1979)

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Instituto de Arqueologia, Novembro de 1983)

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, Novembro de 1984)

Victor Hugo e Portugal (7-10 de Maio de 1985)

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985)

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Instituto de Estudos Ingleses, 15-18 de Outubro de 1986)

Problemáticas em História Cultural (Instituto de Cultura Portuguesa, Outubro de 1986)

I Congresso de Literaturas Marginais (23-25 de Abril de 1987)

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Maio de 1987)

Óscar Lopes. Homenagem da Associação de Estudantes da FLUP (Maio de 1987)

Congresso Internacional «Bartolomeu Dias e a sua Época» (Universidade do Porto - Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 21-23 de Setembro de 1988)

Eça e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirosianos (Novembro de 1988)

1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Instituto de Estudos Germanísticos, 6-7 de Outubro de 1988)

Encontro de Literatura Suiça (Maio de 1989)

A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil (Novembro de 1989)

Colóquio Comemorativo do 150º do Nascimento de Thomas Hardy (6-7 de Dezembro de 1990)

Colloque International Edouard Glissant (24-27 de Outubro de 1990)

Colóquio Evocativo do 50º Centenário da Morte de F. Scott Fitzgerald (Instituto de Estudos Norte-Americanos, 6-7 de Dezembro de 1990)

Jornadas Literárias Suiças (15-17 de Abril de 1991)

Colóquio com Michel Mohrt (Acad. Francesa) e com os romancistas Maurice Polard e Catherine Axelrad (19-21 de Junho de 1991)

Colóquio da Comissão Internacional de Diplomática (9-12 de Setembro de 1991)

Antero de Quental e o Destino de uma Geração, Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte (20-22 de Novembro de 1991)

Colóquio «Educação, Cultura e Cultura Escolar» (17 de Janeiro de 1992)

Congresso «Municipalismo e Desenvolvimento no Noroeste Peninsular» - 140º Aniversário da Fundação do Concelho do Marco de Canaveses (26-28 de Março de 1992)

Noites de Sociologia «Mudam-se os Campos, Mudam-se as Cidades»; «Cultura, Trabalho e Formação das Identidades Juvenis»; «O admirável Mundo Novo da Empresa?»; «Novos Movimentos Sociais: o Adeus às Lutas?» (29 de Abril, 7, 14, 20 de Maio de 1992)

Encontro do «Núcleo de Estudos Medievais - Linguística e Literatura» (4 de Maio de 1992)

Ciclo de Colóquios «Do Corpo Interdito ao Corpo Pedagógico»; «Determinismo(s) e Liberdade em Educação» (Instituto de Ciências da Educação, 21-28 de Maio de 1992)

Corte e Espiritualidade em Portugal (Séculos XVI-XVIII) (Instituto de Cultura Portuguesa, 28-30 de Maio de 1992)

XX Internationals Mediävistisches Colloquium (13-20 de Setembro de 1992)

VI Colóquio Ibérico de Geografia. A Península Ibérica - Um Espaço em Mutação (Instituto de Geografia, 16-20 de Setembro de 1992)

Linguagem. Colóquio de Homenagem a Vergílio Ferreira, nos cinquenta anos da sua vida literária (28-30 de Janeiro de 1993)

ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de 1983),"Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987,1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

Victor Hugo e Portugal. No Centenário da sua Morte. (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987). Actas do Colóquio, Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão. Actas do 1° Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras -Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

Encontro de Literatura Suiça (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Eça e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirosianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil (Faculdade de Letras do Porto, 2-9 de Novembro de 1989), 2 vols., Porto, Universidade do Porto, 1992